

Mais um paraíso vai para o brejo

Zona de proteção ambiental Cabeça de Veado, que abastece o Distrito Federal, está ameaçada pela ocupação urbana

João Luiz Marcondes
Da equipe do Correio

O que é mais importante? Ter água para beber ou casa para morar? No Distrito Federal, um problema imediato, o de moradia, poderá causar, a médio e longo prazo, um distúrbio grave no abastecimento de água. Aliás, o problema já existe. No DF e Entorno, há somente 1,7 mil litros de água por habitante, sendo que o recomendado por organismos internacionais é de 2 mil litros.

A causa é a degradação do meio ambiente. A questão vem se tornando tão comum, que parece até coisa de ecologista chato. "Quando o governo era do PT nos chamavam de xiitas, agora nos chamam de petistas", desespera-se Mônica Veríssimo, pesquisadora do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília e membro da Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento, uma ong que trabalha com planejamento e gestão ambiental.

Na última quarta-feira, pesquisadores, ecologistas, membros da comunidade, da polícia, e técnicos de órgãos públicos reuniram-se para discutir o zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) Gama-Cabeça de Veado. A APA, com 25 mil hectares, é o mais importante depositário do cerrado nativo no Distrito Federal. Dentro da área ficam o Jardim Botânico e a reserva ecológica Águas Emendadas. Onde matas de galeria são habitadas por espécie raras, como o mico estrela.

Sua bacia hidrográfica, composta pelo Ribeirão do Gama, a foz do Riacho Fundo e pela córrego Cabeça de Veado, é responsável por 30% da água do Lago Paranoá. A APA foi criada em 1986 e, desde 1987, está abandonada por sucessivos governos e

sofrendo com a ocupação desordenada dentro de seus limites.

A APA Gama Cabeça de Veado foi criada principalmente com o intuito de preservar mananciais de águas importantes para o abastecimento de Brasília. Além disso, serve de campo para pesquisas da UnB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um conselho gestor, formado por governo, sociedade e comunidade científica, deveria controlar todas as ações que ali dentro ocorrem. Mas desde que o conselho foi dissolvido, em 1987, a Gama Cabeça de Veado ficou a mercê do expansionismo desenfreado de moradias. A fiscalização, segundo os ambientalistas, não existe.

LOTES IMENSOS

Apesar de ser uma área de preservação ecológica, a lei não impede que a APA seja habitada. A Gama Cabeça de Veado inclui em sua área quase todo o Park Way e a área rural Vargem Bonita. São chamadas de zona tampão e teriam a função disciplinar as áreas que contornam a vida silvestre.

Por isso, o Park Way tem lotes imensos, de 20 mil metros quadrados. A fim de garantir uma baixa densidade populacional. Em 1993, no entanto, passou a ser permitido que os lotes fossem fracionados em oito partes, possibilitando a criação de condomínios.

Hoje 12 mil pessoas moram no Park Way em 1 180 lotes. O executivo enviou à Câmara Legislativa, ano passado, projeto para criação de 200 novos lotes em áreas verdes do Park Way. A pressão dos moradores e ambientalistas — inclusive com uma forcinha do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho — fez com que o projeto fosse engavetado, embora não esteja to-

André Corrêa 1.7.99



A área de 25 mil hectares, no Park Way, está sendo devastada: chuva leva sedimentos para córregos e rios, e ameaça bacia hidrográfica

talmente descartado.

Superado o perigo, a reclamação dos ambientalistas é quanto à forma como os proprietários de terrenos no Park Way ocupam seus lotes. "Os corretores chegam aqui, antes de vender o terreno, e derrubam todo o cerrado", diz Gilma Ferreira, diretora associação de proprietários de lotes do Park Way, apontando para um descampado. "Hoje não há fiscalização. A terra está sendo arrasada. Sendo condescendente, vou dizer que o governo está sendo omisso", reforça Wandyr Ferreira, marido de Gilma, presidente da associação e morador da quadra 10.

O morador do Park Way tem uma responsabilidade ecológica. Apenas 35% de cada lote pode ser ocupado com moradia. Apesar da lei permitir o fracionamento em oito partes, deve ser observada a declividade e a umidificação dos terrenos. Terraplanagens, dragagens, escavações, aterramentos, uso de biocidas são altamente prejudiciais, deveriam

estar sujeitos a autorização da administração regional mediante consulta de técnicos.

"Com a retirada do cerrado, que vem acontecendo nos lotes, a chuva leva todos os sedimentos para os córregos e rios da APA. Desta forma, a bacia hidrográfica vai desaparecendo.", adverte Mauro César de Oliveira, pesquisador da reserva biológica do IBGE. "Na hora que o sistema for para o brejo, a água vai junto. Quer dizer, antes fosse para o brejo, mas vai é para o buraco mesmo", continua ele, destilando ironia de ecologista.

PROBLEMAS DEMAIS

O próprio presidente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Luiz Barbosa, admite que a APA enfrenta problemas. "Brasília vem sofrendo com ocupações desordenadas, e ali não foge à regra", diz ele. Embora não se atreva a afirmar que a área esteja ameaçada, o que os ambientalistas afirmam com convicção. A punição para os que desrespeitam

as leis ambientais não é a melhor forma para controlar a devastação do cerrado, segundo Barbosa. "Não há condições de punirmos todos que degradam o meio ambiente. A punição não é o melhor meio, mas sim a educação", discursa.

Para o administrador do Núcleo Bandeirante, que "toma conta" da área, o problema também não é assim tão grave. "Temos desenvolvidos muitas ações de preservação naquelas áreas", afirma Marco Tulio Rios. "Tem pessoas que começam a criar problemas demais", desdenha.

Rios diz ser impossível interferir no que os proprietários fazem dentro dos seus lotes, apesar da própria lei que criou a APA permitir isso. "Não existem questionamentos ambientais dentro de lotes particulares", afirma. "Há alguns moradores que preservam o cerrado por consciência, outros não. Não posso fazer nada". Rios acredita que as únicas questões que devem ser discutidas dentro dos

lotes são as técnicas e de arquitetura.

Além disso, o administrador do Núcleo Bandeirante diz que áreas verdes não utilizadas das quadras de 1 a 5, e de 6 a 13, podem, sim, serem usadas para o adensamento, para criação de novos lotes. "Ali não é APA, não existe questionamento ambiental", decreta.

As declarações de Marco Tulio Rios deixam os ambientalistas de cabelo em pé. "A APA não é uma ilha. O que está em volta deve ser preservado", protesta Jeanine Felfili, pesquisadora do departamento de engenharia Florestal da UnB. Ela é membro do comitê gestor da Reserva Biológica da Biosfera do Cerrado, outra unidade de conservação, que engloba a APA Gama Cabeça de Veado e outras APAs do Distrito Federal. Criada pela Unesco em 1994, só agora a Reserva da Biosfera tem seu comitê gestor, que está fazendo, há duas semanas, o zoneamento da Gama Cabeça de Cerrado. Algo que já deveria estar pronto desde 1988.

"NÃO HÁ CONDIÇÕES DE PUNIR TODOS OS QUE DEGRADAM O MEIO AMBIENTE. A PUNIÇÃO NÃO É O MELHOR MEIO, MAS SIM A EDUCAÇÃO"

Antônio Barbosa
secretário de Meio Ambiente